CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 12/2021

------ Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Luís Filipe Santana Dias, estando presentes os Vereadores, João António Lopes Candoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Miguel Filipe da Silva Santos, Daniel Alexandre Pulquério Pinto, Nuno Manuel Queiroz Pimenta de Magalhães e. ----------

------ **PRESIDENTE DA CÂMARA** ----------

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. ----------

---------- **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS** ----------

------ O presidente da Câmara justificou a falta das Vereadoras, Maria Leonor Magalhães Fragoso e Vera Alexandra da Costa Simões. ----------

----- Pelas dez horas e oito minutos, verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. ----------

---------- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** ----------

---------- **APROVAÇÃO DE ATAS** ----------

------ Foi colocada à discussão e votação a ata nº 9/2021, referente à reunião ordinária de catorze de maio de dois mil e vinte e um. ----------

------ Aprovada a ata nº 9/2021, por unanimidade dos presentes com direito a voto (cinco presenças). ----------

----------**DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA** ----------

------ A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: ----------

------ Operações Orçamentais:Quatro milhões, duzentos e quarenta e seis mil, oitocentos e quinze euros e noventa e sete cêntimos. ----------

------ Operações não Orçamentais: Duzentos e sessenta e cinco mil, setecentos e seis euros e setenta e oito cêntimos. ----------

---------- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** ----------

------ **1 - RELATÓRIO DE CONTAS DO ANO DE 2020 DO GRUPO DOS AMIGOS DA VILA DA MARMELEIRA.** ----------

------ **2 - MANIFESTAÇÃO DE DESAGRADO - IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS URGENTES PARA CORREÇÃO DOS ATRASOS VERIFICADOS NA ENTREGA DE CORRESPONDÊNCIA NO CONCELHO**

DE RIO MAIOR. ----------

------ **PRESIDENTE DA CÂMARA** ----------

------- Começou por dar conhecimento à Câmara, que à data do dia 15 de junho, com a primeira toma da vacina contra a Covid 19, havia no concelho de Rio Maior, onze mil e cinquenta e uma inoculações e com a segunda toma da vacina, quatro mil, quatrocentas e trinta e cinco inoculações. ----------

------ Relativamente aos assuntos para conhecimento, disse que fazia questão de trazer à reunião de Câmara o Relatório de Contas do ano 2020 do "Grupo de Amigos da Vila da Marmeleira", por uma questão mais politica do que necessária. Disse que a Câmara Municipal tem apoiado várias instituições no Concelho e o Grupo de Amigos da Vila da Marmeleira, quando lhe foi entregue o ultimo apoio, fez questão de apresentar o seu Relatório de Contas do ano transato. ----------

------ Disse que tinha sido muito simpático da parte desta instituição apresentar as contas para a Câmara Municipal perceber e ter conhecimento do investimento feito com os apoios concedidos, razão pela qual solicitou aos serviços que incluíssem este documento para conhecimento, porque além da obrigatoriedade de apresentarem estes documentos na formulação dos pedidos de apoio, os mesmos merecem especial destaque considerando a total transparência por parte das Associações para com a Câmara Municipal. ----------

------ Disse ainda que o Relatório de Contas apresentado espelha muito bem onde o dinheiro público resultante dos apoios, que são dados a estas instituições, é aplicado. -

------ Continuou referindo-se à manifestação de desagrado, sobre o serviço prestado pelos correios, não só no Concelho de Rio Maior, mas ao nível de todo o País. ----------

------ Referiu que esta manifestação de desagrado foi feita por escrito aos CTT e foi ainda dado conhecimento ao Ministro das Infraestruturas responsável pela gestão deste serviço público. Informou ainda que, entretanto, receberam resposta por parte dos CTT, mas após leitura da mesma, não se vislumbrava uma certeza de caminho correto a seguir, dado tratar-se de uma carta de intenções. Acrescentou ser com muito desagrado que via o serviço público de distribuição postal a deteriorar-se e a revelar-se muito nocivo para a vida em comunidade e para os cidadãos. ----------

------ Continuou dizendo que na sequencia do atraso na distribuição postal, a Câmara Municipal decidiu isentar e alargar os prazos de pagamento voluntário, comunicando esta decisão à população. Assim, mesmo que não tenham recebido nas suas residências correspondência, tal como aconteceu no início do mês passado em que os munícipes que se dirigiram aos serviços não tinham recebido nenhuma comunicação da Câmara Municipal, e nessa altura como já tinham passado os prazos de pagamento voluntário, teriam de se proceder aos pagamentos acrescidos de taxas e multas, tendo

o Executivo considerado que isso não seria justo para os contribuintes, razão pela qual decidiu alargar os prazos de pagamento. ----------

------ Referiu que toda esta situação trazia algum prejuízo para a Câmara Municipal, mas para os munícipes trazia muito mais. ----------

------ Terminou dizendo que tinha apresentado este assunto na reunião do Conselho Intermunicipal onde foi decidido fazer-se uma comunicação conjunta em nome da CIMLT, (Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo), aos CTT para reforçar a reclamação do Município de Rio Maior e também solicitar uma reunião urgente com o Ministro responsável pela gestão deste serviço público, para se poder debater esta matéria. ----------

----------**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** ----------

---------- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** ----------

------ **VEREADOR NUNO MANUEL QUEIROZ PIMENTA DE MAGALHÃES** ----------

------ Apresentou cumprimentos a todos os presentes. ----------

------ Iniciou a sua intervenção para falar sobre a recente publicação do Despacho da Secretaria do Estado do Orçamento que autorizou a transferência da verba relativa á construção da residência dos estudantes da Escola Superior de Desporto de Rio Maior, decisão essa que já tinha sido aprovada em novembro, com o voto favorável de todos os partidos da Assembleia da República, regozijando-se com esta tomada de decisão e assim este este processo a avançar. ----------

------ Continuou referindo que a residência prevê cem camas, numa escola que tem um universo de mil alunos, o que não é um número extraordinário, até porque estas infraestruturas, por norma, são destinadas ao apoio social, no entanto, é um valor muito significativo porque vai permitir à escola uma maior capacidade de recrutamento dos melhores alunos independentemente da sua condição socioeconómica, e, por isso, é um fator muito importante. ----------

------ Sobre a questão do mercado local de arrendamento, eventualmente alguns investidores e munícipes poderão estar preocupados, mas não lhe parecia que houvesse motivo para tal, porque são apenas cem camas, um número reduzido face ao universo de alunos da escola e também porque se destinam aos alunos que têm menos poder económico, porque, com certeza, os alunos com maior capacidade económica continuarão a alimentar a economia local, nomeadamente o arrendamento. ----------

----- Terminou a sua intervenção, dizendo que era motivo de orgulho para o concelho de Rio Maior, no entanto apelou ao Executivo, para que acompanhasse este processo de perto e de acordo com as competências da Câmara Municipal, possa garantir que o mesmo avance e que seja concluído com sucesso. ----------

------ **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** ----------

------ Apresentou cumprimentos a todos os presentes. ----------
------ Iniciou a sua intervenção dizendo que acompanhava as palavras do Presidente da Câmara, manifestando a sua solidariedade e indignação com os atrasos na entrega dos serviços postais em Rio Maior. Disse ainda que o Presidente da Câmara se tinha referido a este serviço como sendo um serviço público, no entanto este é um serviço público privatizado, e, neste momento, é um serviço privado, o que faz toda a diferença.-
------ Continuou dizendo que se poderia entrar no campo da doutrina e da ideologia, e pensar se determinadas prestações de serviços às comunidades e populações, devem ser privatizados e se a privatização foi o melhor caminho, porque esta realidade tem prejudicado a população de Rio Maior e outros concelhos do País. ----------
------ Disse que havia espaço para o desenvolvimento do comércio em diversos níveis de prestação de serviços, no entanto o setor público não se pode demitir das suas responsabilidades. Aditou ainda que tiveram acesso à correspondência enviada pela Câmara Municipal ao Sindicato e à administração dos Correios, referindo que a Câmara Municipal fizera o possível, no entanto considerava que este assunto não era local, mas sim nacional, por conseguinte, as entidades públicas têm que monitorizar e controlar se determinado serviço está ou não a ser prestado, e isso é válido para o serviço prestado pelos correios e também para o serviço de fornecimento de eletricidade. ----------
------ Referiu que já tinha manifestado a sua estupefação, pelo facto de em Rio Maior, não haver serviços mínimos básicos de apoio ao consumidor, ao nível da eletricidade, porque um cidadão que pretenda fazer um pedido de serviço de instalação elétrica em Rio Maior, não consegue, nem mesmo online, se bem que o online, também não é solução para todos, opinando ser mau demais que o concelho de Rio Maior não tenha esse serviço, obrigando os cidadãos a terem de se deslocar a Caldas da Rainha ou Santarém, para poderem resolver os seus assuntos ao nível do fornecimento de eletricidade. Manifestou o seu desagrado pelo facto do concelho de Rio Maior não ter à disposição dos cidadãos serviços básicos públicos essenciais que deveriam estar assegurados e disponíveis para a população. ----------
------ Sobre a questão da distribuição postal, questionou o Executivo se tinha mais alguma informação que pudesse partilhar, nomeadamente se o assunto estava a avançar ou a ser solucionado. ----------
------ Continuou dizendo que o Governo iria estar na região de Viseu, em são Pedro do Sul, para lançar o Projeto de “Balcão Único do Prédio”, uma plataforma de registo e cadastro do território, lançada em dois mil e dezassete, num projeto piloto em dez Municípios do Norte. Aditou ainda que esses serviços públicos e gratuitos de identificação e registo dos prédios rústicos irão ser alargados a todo o País, opinando que esta era uma medida que a Câmara Municipal deveria acompanhar e juntar-se à

iniciativa tendo em vista a aplicação no território de Rio Maior. Disse também que era uma boa notícia perceber que o Governo está a trabalhar no sentido da simplificação da gestão do território, uma vez que esta medida do "Balcão Único do Prédio", visa a simplificação dos registos. ----------

------ Deu também conhecimento que se iniciava na presente data nas farmácias de todo o Pais, uma campanha denominada por "Dê Troco a Quem Precisa", para ajudar as famílias que ficaram mais vulneráveis devido à pandemia Covid-19. Esta campanha está a ser desenvolvida pela Associação Dignitude e visa permitir o acesso de forma digna aos medicamentos prescritos a quem não tem capacidade financeira para os adquirir. Acrescentou que tinha conhecimento que a Câmara Municipal tinha aderido a esta campanha, no entanto quis reforçar esta ideia. ----------

------ Relativamente ao setor do desporto, disse que tinha sido um fim de semana desportivo com algum relevo para Rio Maior, lembrando que o Rio Maior Sport Clube, tinha conseguido um bom resultado vencendo a União de Tomar para estar na final da Taça do Ribatejo. Também no Triatlo, os atletas do Club de Natação de Rio Maior, Alexandre Montês e o Ricardo Rodrigo Rodrigues participaram no campeonato Europeu Júnior e também obtiveram uma boa classificação, nomeadamente, o Alexandre, que garantiu o terceiro lugar com a medalha de Bronze. Também a Inês Mendes ganhou a medalha de Bronze, na prova dos dez quilómetros de marcha nos campeonatos Nacionais de Sub-20, bem como os jovens Tomás Cerveira e Ricardo Santos garantiram o terceiro e quarto lugar nos Olímpicos Jovens. ----------

------ Continuou referindo-se aos bons resultados dos atletas que representam o concelho Rio Maior e destacou a qualificação para os Jogos Olímpicos do nadador Tiago Campos, parabenizando o atleta, o seu treinador, Nuno Ricardo e o Clube de Natação de Rio Maior pelos resultados obtidos, reforçando que o facto de haver um atleta que representa a bandeira e as cores do concelho, numa área desportiva tão importante, considerando que Rio Maior tem o Centro de Alto Rendimento de Natação, é, seguramente, motivo de orgulho para Rio Maior. Disse ainda que esperava que a Câmara Municipal saiba honrar e aprovar um voto de louvor ao referido nadador, acrescentando que era a segunda vez que Rio Maior tinha na sua história um atleta Olímpico, na disciplina da natação. Terminou com um bem-haja a todos pelos bons resultados obtidos. ----------

------ Ainda na área do desporto, disse que acompanhava as palavras do Vereador Nuno Pimenta, manifestando também a sua satisfação pelas noticias que foram tornadas públicas sobre a possibilidade da construção da residência de estudantes da Escola Superior de Desporto de Rio Maior, independente das visões que cada um terá sobre a sua localização. ----------

------ Questionou o Executivo sobre o ponto de situação na gestão de edifícios e de espaços, considerando que a Câmara Municipal adquiriu dois edifícios com a finalidade de construção de residência para estudantes, e uma vez que que o Governo autorizou a transferência de verbas para a construção da referida residência junto da Escola Superior de Desporto, gostaria de saber como o Executivo pretende gerir todas estas capacidades, também numa logica de captação de alunos para a Escola Profissional, apoiando também um conjunto de outras valências e não só o Ensino Superior. ---------- Ainda no uso da palavra recordou que tinha vindo a apresentar nas reuniões de Câmara, um assunto, que considera estratégico e importante para o desenvolvimento do Concelho e para afirmação de Rio Maior, enquanto território de futuro, com ambição e visão. Assim, disse que tinha lido em vários Jornais de âmbito local, que a Câmara Municipal de Bombarral vai instalar nas antigas instalações IVV (Instituto da Vinha e do Vinho), um empreendimento designado por "Quinta Ciência Viva da Pera Rocha do Oeste", considerando que, mais uma vez, Rio Maior continua a marcar passo e outros a avançar neste capitulo, porque considera que existem duas ideias de força e de futuro para Rio Maior que têm a ver com a recuperação de antigos edifícios, nomeadamente, o do IVV e o da Mina do Espadanal, sendo que aquele empreendimento no Bombarral, assenta nestas duas linhas de força, a área da ciência viva, os projetos de investimento e desenvolvimento do domínio da ciência viva e também a questão relacionado com a recuperação dos edifícios IVV, considerando que a Câmara Municipal do Bombarral adquiriu o edifício do IVV, por trezentos e setenta mil euros. ---------- Deu ainda conhecimento que há dois anos atrás a Câmara Municipal de Torres Vedras também adquiriu o edifício do IVV, para instalar um polo de inovação relacionado com o vinho, acrescentou que estes dois edifícios tinham alguma beleza, no entanto o edifício de Rio Maior é ainda mais interessante do ponto de vista arquitetónico. ---------- Disse que também a Câmara Municipal de Almeirim e a Câmara Municipal do Cadaval, adquiriram as antigas instalações do IVV, onde pretendem instalar um centro de Multiusos e um espaço de Turismo Rural. Referiu ainda que a Câmara Municipal de Alcobaça, conseguiu um entendimento com o Ministério da Agricultura, para gerir e investir num museu Nacional do Vinho. Também em Leiria a Câmara instalou uma chocolataria de prestígio nas antigas instalações do IVV, acrescentando que apresentou estas situações a titulo de exemplo, para lembrar que Rio Maior, também poderia trilhar este caminho, considerando que alguns dos concelhos referidos têm uma dimensão inferior do ponto de vista da população e do respetivo orçamento, relativamente a Rio Maior, e, mesmo assim, estão a avançar com projetos e a trilhar caminhos, contrariamente a Rio Maior que não está a avançar porque não tem ideias e quando assim é, as coisas não acontecem, portanto, na sua opinião a Câmara Municipal de Rio

Maior tem de ter uma visão e projetos para estes edifícios, numa lógica de investimento, de captação de público, de afirmação e perspetiva de futuro para o Concelho de Rio Maior. ----------

------ Ainda no uso da palavra recordou também uma notícia que tinha lido sobre os oitenta anos de Bob Dylan, com a previsão de inauguração em dois mil e vinte e dois do "Centro Bob Dylan",na cidade Norte-Americana de "Tulsa" que dista da cidade onde nasceu cerca de mil e trezentos quilómetros, mas isso não foi impeditivo para haver capacidade de investimento para adquirir o seu arquivo. Também no mesmo Estado existe um outro centro de investigação do músico Wood Guthrie que era uma grande inspiração para Bob Dylan. Neste contexto, referiu que também a maior banda de rock em Portugal, os "Chutos e Pontapés", celebraram há dois anos os quarenta anos de existência, e o seu principal mentor, o vocalista Tim, reside no concelho de Rio Maior, mais concretamente, na Ribeira de São João. ----------

------ Para terminar e considerando os exemplos referidos indagou ainda da possibilidade de existir em Rio Maior o "Centro ou o Museu Xutos e Pontapés", traduzido à escala nacional, opinando que isso seria ter uma visão e uma perspetiva de futuro, significando ter ideias e lutar pelas questões em que se acredita. ----------

------ **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** ----------

------- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. ----------

----- Iniciou a sua intervenção, fazendo referência às palavras do Vereador Daniel Pinto, no que respeita aos CTT, dizendo concordar com alguns aspetos, mas que não lhe parecia ser o mais correto, colocar a situação, do ponto de vista ideológico e que para o justificar iria fazer referência a uma empresa que todos conheceriam, a empresa "Western Union", com existência secular, a qual se adaptou aos tempos atuais e que atualmente continua a prestar um bom serviço nos Estados Unidos e no mundo inteiro.

------ Continuou a sua intervenção dizendo que os CTT sempre tiveram o monopólio da distribuição postal e como uma empresa privada, têm desenvolvido uma variedade de oferta de produtos noutras áreas e com toda a legitimidade para o fazer, enquanto empresa privada. Disse ainda que foram feitos acordos entre o Estado Português e a empresa, em que o Estado Português continuaria a usar os serviços dos CTT a troco de um pagamento e que o prazo terminava este ano. Referiu também que o mesmo era tão bom, que há altura se teria criado um despacho em que todas as empresas tinham que criar um endereço eletrónico para receberem correspondência do Estado através dos CTT. As empresas nunca teriam recebido nada por essa via. Referiu-se à situação de quando o monopólio da distribuição postal era da responsabilidade do Estado Português e é entregue a uma empresa privada, que teria sido uma opção, dando também como exemplo a EDP, em que atualmente o Estado não tinha qualquer poder

decisório. Disse ainda, que em termos do mercado livre e liberal, seria urgente pensar numa solução, ou seja, estaria na altura de existir concorrência e que seria competência do Estado Português resolver a situação que se arrasta há anos, tornando-se cada vez mais gravosa, dado que, por decisão de uma empresa privada, que terá toda a legitimidade para o fazer, paulatinamente reduz os seus quadros, com uma visão empresarial, dizendo mesmo que qualquer particular agiria de igual modo, recorrendo ao serviço temporário para a prestação do serviço da distribuição postal. Aditou que, mais uma vez, a empresa assegura os seus interesses privados e que o acordo que tem com o Estado não estará a ser cumprido. ----------

------ Terminou a sua intervenção, referindo que o Governo estaria no dia de hoje, em Viseu, para inaugurar o "Balcão Único de Registos Prévios". Disse tratar-se de uma ideia muito interessante e opinou que o atual Executivo ou o próximo, deveria aproveitar a ideia para a atualização do cadastro, o que seria muito benéfico. Concomitantemente, disse achar interessante que o Estado Português permita acelerar e tornar menos burocrático o referido tipo de registo predial e que a montante não responderia às necessidades dos serviços para cartografar os mesmos prédios. ----------

------ **VEREADOR MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS** ----------

------ Apresentou cumprimentos a todos os presentes. ----------

----- Começou a sua intervenção, dizendo que o Desporto em Rio Maior, estava a viver uma excelente fase e que tal situação, espelhava bem a qualidade dos desportistas do concelho. Referiu que a sua primeira palavra, iria para o Clube de Natação, e para o seu nadador Tiago Campos, que são sem dúvida, um orgulho para Rio Maior. Disse que teria a oportunidade de dar-lhe força e felicitar o desportista em nome da Câmara Municipal. Informou também que o "Rio Maior Sport Club" vencera e que estaria na final da Taça do Ribatejo. Congratulou-se, dizendo ser um orgulho o caminho que o clube referido, tinha percorrido até à data. ----------

------ Terminou a sua intervenção, desejando-lhe força e sorte, em nome do Município e de todos os riomaiorenses, utilizando a expressão "que eles possam trazer o caneco para casa" e que a Festa pudesse ser realizada na sua Cidade. ----------

------- **PRESIDENTE DA CÂMARA** ----------

------ Começou a sua intervenção, dizendo que iria fazer uma alteração à forma habitual de responder às questões dos Vereadores, por norma, cronologicamente, dizendo que deixaria para o fim o tema do Vereador Nuno Pimenta, que teria sido o primeiro a falar dado que a sua intervenção seria muito importante politicamente, nomeadamente, para a discussão das diferentes opiniões e/ou pensamentos sobre essa matéria. ----------

------ Assim começou por se referir ao assunto dos CTT, dizendo concordar na maioria da intervenção do Vereador Daniel Pinto, discordando na mesma medida no que

respeita à intervenção da Vereadora Ana Figueiredo. Disse que a questão da privatização não teria só desvantagens, não seria um "bicho papão", contudo teria que se ter em atenção as duas fases da história, dizendo que o Governo poderia estar a falhar, no que respeita à monitorização e ao acompanhamento da situação, aludindo que não existiria uma "Golden Share" nos CTT, mas que existiria um acordo entre ambas as partes, ou seja, entre a Empresa e o Estado Português, com a obrigação de monitorizar e garantir o serviço público e que tal situação não estaria a ser efetuada, afirmando que a culpa "não iria morrer solteira", que existiriam falhas de ambas as partes e que quem estaria a ser prejudicado, seria o cliente. Disse ainda, que seria pouco cuidadoso, quer por parte da Empresa, quer por parte do Estado Português, que não estivessem "a atacar" o problema de forma imediata. ----------

------ Ainda sobre esta matéria informou que o Município tivera uma reunião com o sindicato, e que o mesmo lhe comunicara que estariam a laborar com cerca de 30 a 40% dos recursos humanos necessários, afirmando que iriam encontrar um ponto de equilíbrio. Informou ainda, que a contratação de mão de obra temporária não traria vantagens para o serviço, porque não existiria por parte desses colaboradores um conhecimento do serviço e consequentemente da função a desempenhar. Aludiu que a nível concelhio, nomeadamente, em muitas localidades, ainda não estava completo o serviço de toponímia e que tal facto causava transtornos no serviço prestado por parte dos CTT, apesar do enorme esforço efetuado, nas aldeias, durante os últimos seis anos, com a atribuição de números de polícia e com a colação de placas toponímicas, e que atualmente seriam poucos os locais que ainda não estariam regularizados. Salientou mais uma vez que, para quem nunca exerceu a profissão de carteiro e fosse contratado para desempenhar essa função, seria muito complicado, tendo em conta o seu desconhecimento, no que respeita aos destinatários da correspondência a ser entregue.----------

------ Continuou a sua intervenção, dizendo concordar com a posição do Vereador Daniel Pinto, no que respeita ao facto de Rio Maior não possuir, atualmente, um posto de serviço base de apoio à eletricidade, ao invés do que acontecera no passado, reconhecendo ser um problema grave no concelho de Rio Maior. Recordou que o serviço terá existido no concelho no início do ano 2000, sito na Rua Prof. Manuel José Ferreira e que atualmente, a sua não existência, representa um problema para toda a população. ----------

------ Deu ainda conhecimento relativamente à CIM, que estavam a aguardar disponibilidade por parte do Ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, para que pudessem reunir. ----------

------ No que respeita ao Balcão Único e aos prédios rústicos, tal serviço não terá tanta

utilidade para Rio Maior, tendo em conta que o Município tem o cadastro completo, mas que poderia ser aproveitado para correções e/ou alterações, e também para a obtenção de cadernetas atualizadas, referindo que o concelho está um passo à frente e que tal facto, comparativamente a outras regiões, dá algum conforto. ----------

------ No seguimento da sua intervenção, aludiu às intervenções dos Vereadores Daniel Pinto e Miguel Santos, no que concerne às conquistas desportivas, por parte dos atletas riomaiorenses, dizendo associar-se às mesmas e que tal facto significava um trabalho de todo um conjunto de pessoas e instituições, para que os atletas tenham todo o tipo de condições para praticar e mostrar todas as suas potencialidades e assim alcançarem os referidos resultados.----------

------ Ainda no uso da palavra referiu-se aos dois edifícios que a Câmara adquirira para servir de residência para estudantes e que não seriam apenas usadas por Estudantes da Escola Superior de Desporto. Informou que o projeto, no valor de dois milhões de euros, estava completo, sendo do conhecimento do Executivo, dado já ter sido presente a uma anterior Reunião de Câmara, estando atualmente a aguardar financiamento. Disse que o projeto já estivera cabimentado com um valor de seiscentos mil euros, por parte do Feder, valor este que teria sido usado para outras obras, tendo em conta que o pedido do Município, junto da CCDR Alentejo, para que o valor pudesse ser maximizado, fora negado, aguardando-se uma futura reprogramação e/ou alguma folga por parte de outros Municípios. ----------

------ Concluiu o assunto, dizendo que a esperança do Município, tendo em conta as diversas informações disponíveis, é que no próximo mandato se consiga obter o financiamento para a obra da residência dos estudantes, aludindo também ao plano de resiliência apresentado à União Europeia, atendendo ao facto de o mesmo estar muito vocacionado para a área social. ----------

------ Seguidamente reportou-se à questão do IVV-Instituto da Vinha e do Vinho e disse concordar com a dinamização do espaço, no entanto não concordava com a ideia do Governo em onerar os Municípios com o património, tendo em conta que o mesmo devia manter os espaços, e o caso de Rio Maior seria particularmente gravoso por estar junto do Bairro da Chainça, considerando a mesma uma área habitacional de qualidade, e que o abandono do edifício em causa é muito prejudicial pela acumulação de lixo, animais e infestantes vegetais que predominam na zona. Referiu-se ainda a uma intervenção, numa anterior Reunião de Câmara, onde já teria informado, que quando era Presidente da Junta de Freguesia, fizera um acordo com o IVV, para a limpeza do referido espaço, tendo em conta que pretendia realizar uma atividade de caracter social, denominado jogo de “Airsoft” e que tal limpeza teria durado sete a oito dias, opinando que teria que existir uma manutenção regular do espaço. ----------

------ Ainda sobre o assunto do IVV e dirigindo-se ao Vereador Daniel Pinto, disse não concordar com a aquisição do edifício, tendo em conta que, do seu ponto de vista, não se estaria a cumprir a missão do serviço público e também porque o Estado não realizava a obrigação de cuidar do seu Património. ----------

------ Disse ainda não estar de acordo com o Vereador Daniel Pinto, quando, drasticamente, referiu que não existiam ideias por parte do atual Executivo que se encontra a liderar o Município de Rio Maior, porque o mesmo já deu provas do contrário. Aludiu que as prioridades do atual Executivo são diferentes, dos demais, fazendo referência ao último ano e meio em que é Presidente.----------

------ Ainda em resposta ao Vereador Daniel Pinto, disse que o mesmo viu ser apresentado um Plano Estratégico para o concelho de Rio Maior, por parte do atual Executivo, com destaque para o complexo mineiro da Mina do Espadanal, ideia partilhada com o Vereador em causa, dizendo que a mesma pode e deve ser revitalizada, não obstante as ideias não terem sido nesse âmbito, fazendo referência que por as ideias não serem suas, não significa que fossem inexistentes. ----------

------ Continuou a sua intervenção reportando-se à residência dos estudantes, e, como já anda na vida pública há dezasseis anos, iria fazer referência a quem liderou o Executivo anteriormente, nomeadamente, a Dra. Isaura Morais e o Dr. Silvino Sequeira, daí ser com alguma estupefação que percebera que nos seus dezasseis anos de vida pública nada fizera para a concretização deste projeto, assim como nos dez anos que a Drª Isaura Morais esteve na Câmara nada foi feito, nem sequer o Dr. Silvino Sequeira teria sido o responsável por trazer a Escola Superior de Desporto para Rio Maior, nem tão pouco pensara na residência, mas que teria havido alguém que no conforto do seu lar e sentado no sofá, teria feito tudo o que referira anteriormente. Disse que admirava esse tipo de pessoas, tendo em conta a sua capacidade e que tal facto o transportava para níveis altamente inferiores, porque pessoas que tanto trabalharam na vida pública não conseguiram “mexer uma palha” para que a Escola Superior de Desporto de Rio Maior fosse uma realidade assim como a residência de Estudantes.----------

------ Ainda tendo em conta o que referira sobre a residência de Estudantes, disse associar-se ao PCP, no sentido de ser como “São Tomé”, dizendo que não teria interesse de ter a “arma política” de poder dizer “como eu disse, não fizeram a residência”, pelo contrário e aludiu a uma intervenção, algo aguerrida, que teria tido, sobre a não capacidade do Instituto Politécnico para a realização do projeto de construção da residência de estudantes, alegando que só ficaria sossegado quando visse a obra avançar. Congratulou-se com a autorização por parte do Governo para a transferência da verba necessária para a obra em questão, aludindo às conversações semanais que mantinha com o Diretor Luís Cid, da ESDRM e com o Presidente João

Moutão que o informara telefonicamente sobre a aprovação da verba, dizendo mais uma vez, que se iria associar ao PCP, no sentido de poder assistir ao avanço efetivo da obra, através da movimentação das máquinas, para que a obra possa ser uma realidade, classificando-a de muito necessária. Opinou que o arrendamento privado não estaria em risco, tendo em conta a construção da residência dos estudantes e que tal obra poderia servir de catalisador para a melhoria do mesmo, tendo em conta que eventualmente existiriam alguns arrendamentos especulativos, sem as condições mínimas e necessárias, para que um estudante pudesse desenvolver a sua função e que até poderia fazer aumentar o numero de alunos a estudar no Estabelecimento de Ensino referenciado. Concluiu dizendo que a Câmara Municipal daria toda a colaboração que lhe fosse solicitada, para que a residência pudesse ser uma realidade.- ------ Relativamente à pandemia Covid-19 manifestou a sua preocupação pelo aumento do número de casos no concelho de Rio Maior e disse que a vacinação continua a decorrer. Informou que em cinco dias, eram vinte o número de casos ativos e que seria espectável que não houvesse abrandamento, considerando a existência de um possível surto numa empresa na Zona Industrial, onde já foram identificados dois casos, que já teria passado a seis, daí a previsão de um surto. Deu como exemplo o que foi feito na União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João, no que concerne à testagem massiva quando foram identificados vários casos na zona. Referiu que dos duzentos testes efetuados, todos teriam sido negativos, significando isso que não teria existido um contágio comunitário. Também se referiu aos casos existentes num colégio do concelho, considerando assim que por todos os casos mencionados, a situação do concelho não era boa. Disse que o Município iria reforçar a comunicação junto da população, apelando aos comportamentos responsáveis e que seria expectável que o Parque do Rio fosse inaugurado, sem a realização do espetáculo programado com Herman José, dizendo que seria imoral se tal concerto ocorresse, do ponto de vista da saúde pública, o mesmo não ficaria cancelado, ficando para uma data mais oportuna. -

---------- **ORDEM DO DIA** ----------

-------- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.** ----------

------ **PONTO I - DESPACHO N.º 41/2021, DE 16 DE JUNHO | PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA PAGAMENTO DAS FATURAS DE ÁGUA REFERENTES AO MÊS DE ABRIL** ----------

------ O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho n.º 41/2021, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara no dia 16 de Junho de 2021, pelo qual se determinou o seguinte: ----------

------ Que o pagamento das faturas de fornecimento de água emitidas no mês de abril

de 2021, referentes ao processamento do mês de março de 2021, podem ser pagas na Tesouraria da Câmara Municipal, até ao próximo dia 30 de junho, não havendo lugar ao pagamento de juros de mora, taxa de justiça e despesas do processo.----------

---------- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** ----------

------ Não foram efetuadas inscrições para intervenção. ----------

------ Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

------ **PONTO II - PROJETO DE REGULAMENTO DA ÁREA DE SERVIÇO DE AUTOCARAVANAS DE CHÃOS | ALCOBERTAS | APROVAÇÃO** ----------

------ O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, concordar com o projeto de regulamento apresentado e submeter o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal. ----------

---------- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** ----------

------- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** ----------

------Manifestou a sua satisfação pelo facto da Câmara Municipal de Rio Maior conseguir acompanhar aquela que é uma iniciativa de âmbito nacional da Secretaria de Estado do Turismo de Portugal, que através do Programa Valorizar apoia e incentiva financeiramente as obras de construção de parques de Autocaravanismo. Continuou dizendo que o regulamento era muito importante, no sentido que esse tipo de prática do Autocaravanismo em várias zonas costeiras do país, teriam sido um problema e que teriam sido criadas melícias de combate ao excesso do Autocaravanismo em zonas naturais prejudicando a ordem pública e que em Rio Maior não existiria tal risco, mas seria bom acompanhar, tendo em conta que o concelho estaria fora do mapa do Autocaravanismo, sendo do conhecimento geral que este tipo de turistas se movimentavam por georreferenciação e que a partir da existência do parque em questão no mapa a procura aumentaria, mas considerava que Rio Maior não iria ter um problema de “overbooking”, ou seja, um excesso de turismo, mas deverá existir vigilância em relação à questão em causa. Manifestou a sua positividade em relação ao projeto em questão, desejando que a iniciativa tivesse um bom desenvolvimento. Aludiu que o projeto teria sido reponderado para os Chãos, tendo em conta que inicialmente estariam previstas três localizações. ----------

------ Concluiu a sua intervenção dizendo que espera que este tipo de projetos pudessem fortalecer a economia local, dando os parabéns ao Município pela iniciativa apresentada.----------

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –-

------ A Vereadora **Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo**, ausentou-se da sala. --

------ **PONTO III – REGULAMENTO DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA E FISCALIZAÇÃO DE**

ESPETÁCULOS DE NATUREZA ARTÍSTICA | APROVAÇÃO. ----------

------ O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, concordar com o projeto de regulamento apresentado e respetiva tabela de taxas e submeter o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal. ----------

---------- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** ----------

------ Não foram efetuadas inscrições para intervenção. ----------

------- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

------ A Vereadora **Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo,** regressou à sala de Reuniões de Câmara. ----------

----- **PONTO IV – ALTERAÇÃO DE VALORES DOS RECURSOS FINANCEIROS PARA OS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS NO ÂMBITO DO PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS | 2022.**

------ O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, remeter à Assembleia Municipal a proposta de alteração dos valores a transferir referentes aos recursos financeiros conforme mapas que constituem os anexos I a IV. ----------

---------- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** ----------

------ **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** ----------

------ Começou por dizer que Portugal continuava a ser um País altamente centralizado, e que, por essa razão, este tipo de processos de transferências de competências para as Câmaras Municipais e Freguesias avançara. Disse ser favorável à assunção destes compromissos, sendo certo que quem tinha responsabilidades executivas nomeadamente o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores que analisavam com outro rigor e conhecimento de causa e daí não entenderem dessa forma, mas que curiosamente a argumentação que o Senhor Presidente utilizava agora, era que os processos são dinâmicos e que as pessoas se iriam adaptando ao funcionamento da relação dos mesmos e que essa também seria a sua perspetiva, e que tal argumento sempre estivera subjacente ao seu pensamento ao principio da aceitação de competências da Administração Central. Referiu que sempre entendeu que esta ação deveria avançar rapidamente, tendo em conta que os processos seriam mutáveis e dinâmicos e que o Município, junto do Estado, a montante ou a jusante, consiga gerir da melhor forma e ir adaptando mais meios financeiros, humanos e técnicos, para descentralizar a referida delegação de competências, que teria de acontecer, repetindo que não seria a sua opinião, mas é um facto, que o País ainda se encontrava muito centralizado. Concluiu deixando o seu bem-haja pela decisão apresentada. ----------

------- **PRESIDENTE DA CÂMARA** ----------

------- Interveio para dizer que o processo de descentralização do Estado para as

Câmaras, não fora tão bem delineado, ao invés do que o Município fizera com as Freguesias do concelho, desenvolvendo um trabalho exaustivo de avaliação das necessidades, junto das mesmas. ----------

------ Referiu ainda que se juntava às palavras do Vereador Daniel Pinto, ou seja, que concordava que o caminho seria descentralizar e tornar os serviços mais próximo das populações, para que os mesmos fossem mais eficazes. ----------

------- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.--

------ PONTO V – CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO DE RIO MAIOR NO ÂMBITO DA AQUISIÇÃO DE MAQUINARIA PARA AS BRIGADAS DE SAPADORES FLORESTAIS DA LEZÍRIA DO TEJO; -----

------ O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a transferência de capital para a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), no montante de € 1.268,78, (mil, duzentos e sessenta e oito euros e setenta e oito cêntimos), respeitante à Contrapartida Nacional do Município de Rio Maior, no âmbito da Aquisição de Maquinaria, (Bio trituradores), para as Brigadas de Sapadores Florestais da Lezíria do Tejo. ----------

---------- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** ----------

------ VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO. ----------

------ Começou por questionar qual seria o destino que as brigadas têm dado à biomassa e também partilhou uma reflexão que ouvira no dia anterior num Telejornal, de uma peça sobre a época de incêndios, ou seja, no Verão e a necessidade de limpeza dos terrenos em Portugal. Disse ter ficado um pouco chocada com a intervenção dos responsáveis dessa área no território nacional, tendo em conta que os mesmos utilizaram a expressão "By de Book", havendo por vezes coisas que, pelo menos, no senso comum, pareciam que estavam um bocadinho desajustadas, porque associar um pouco a teoria à prática e ao conhecimento empírico das populações, referiu talvez existisse algum ganho com todo esse tipo de gestão da conservação do território para a prevenção dos incêndios. Aludiu que uma estratégia pouco definida, em sentido lato, assente nos gabinetes, e que os técnicos teriam a sua experiência muito assente em teorias divulgadas nos livros. Disse que seria muito mais benéfico haver uma aproximação das populações e tentar perceber e agilizar formas mais práticas e eficazes de combate aos incêndios, e que quando ouvia que se iriam criar mais equipas, mais empregos, nas áreas, tendo em conta a escassez e a falta de recursos humanos, para a manutenção das limpezas dos terrenos, para que o Estado se pudesse substituir aos proprietários, mas que seria difícil a criação de novas equipas, com base nas empresas privadas, tendo em conta também a as dificuldades, que as mesmas têm em se constituírem. Opinou que nos incumprimentos existentes, ou seja, quando o proprietário não procede à limpeza, as equipas referidas e/ou as Câmaras Municipais, poderiam fazer a limpeza dessas áreas e depois o respetivo custo, seria imputado ao proprietário.----------

------ Concluiu a sua intervenção referindo que as Câmaras Municipais também teriam um

problema, caso fosse necessário substituírem-se aos proprietários, tendo em conta a dimensão dos terrenos existentes para limpeza, referindo também que seria importante questionar os particulares se teriam condições financeiras para o pagamento do serviço efetuado pelas entidades públicas locais. ----------

------- **PRESIDENTE DA CÂMARA** ----------

------ Interveio, e em resposta à Vereadora Ana Figueiredo, disse não saber o que seria feito com a biomassa, mas que desconfiava que após a mesma ser triturada, que ficaria no terreno, mas que poderia tentar saber junto das brigadas da CIM. ----------

------ Ainda no que respeita à limpeza dos terrenos disse também, que quando o Município se substituía aos proprietários se deparava com as questões de ordem financeira, por parte dos mesmos e também da falta de mão-de-obra para o efeito e que seria mito complicado fazer cumprir a lei existente. Disse ainda, e a título informativo, que o procedimento para as faixas de contenção já estaria a decorrer, como em anos anteriores, ou seja, desde que a lei o prevê e que tal facto tem um custo anual acrescido para a Câmara Municipal de cerca de duzentos e cinquenta mil euros, classificando este investimento como um bem maior. ----------

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

------ **PRESIDENTE DA CÂMARA** ----------

------ Sugeriu aos Vereadores que a discussão dos pontos VI, VII e VIII, fosse feita em conjunto, considerando que os mesmos tratam a mesma matéria, sendo a votação feita de forma separada após a discussão, o que foi aceite por unanimidade.----------

------ Congratulou-se e destacou a forma de gestão existente atualmente entre a Câmara e as Freguesias, relembrando que já teriam sido concedidos, no passado, apoios a outras Freguesias, dando como exemplo Malaqueijo, Rio Maior e também Fráguas, na compra de tratores, e que o Município faria um esforço extra na dotação das Freguesias para aquisição de equipamento, para que as mesmas, no âmbito da transferência de competências, possam efetivamente desempenhar as suas tarefas e fazer cumprir o estipulado no processo em causa. Disse que este apoio já deveria ter existido há mais tempo, e assim, atualmente, as Freguesias estariam mais bem equipadas para poderem exercer um trabalho mais efetivo e eficaz. ----------

------ **PONTO VI – APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE ARROUQUELAS | AQUISIÇÃO DE VIATURA.** ----------

------ O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, propor à Assembleia Municipal que aprove a atribuição de um apoio financeiro à Junta de Freguesia de Arrouquelas, no montante de € 6 500, (seis mil e quinhentos euros), destinado à aquisição de uma viatura, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33 e para

os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. ----------

---------- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** ----------

------ VEREADOR NUNO MANUEL QUEIROZ PIMENTA DE MAGALHÃES ----------

------ Referiu ser importante a capacidade da Autarquia para ajudar no tipo de investimentos em causa, não colocando em causa a pertinência dos investimentos por parte da Câmara e a avaliação e identificação que os mesmos se justificavam, realçando no entanto, que muitas vezes se vêm viaturas no parque público, paradas, tendo em conta que será necessário mudar um pneu ou fazer qualquer outra reparação, e, gostaria de saber, se, quando a Câmara toma a decisão de apoiar o tipo de aquisições apresentadas, se tem o cuidado de salvaguardar um plano de manutenção, antes de investir, para que num curto espaço de tempo, não existisse a questão de uma viatura ficar parada e inutilizada por avaria. ----------

------ VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO ---------- --

------- Sobre o ponto em análise opinou que todas as decisões pontuais de apoio ao movimento associativo e às Juntas de Freguesia são sempre bem-vindas, considerando no entanto também existir a tentação de quem está no poder, no "Governo", de ajudar, classificando a atitude como louvável, e disse concordar com todos os pedidos, de caracter administrativo, financeiro, humano e logístico, solicitados à Câmara. Opinou que a Câmara e o Senhor Presidente correriam sempre o risco, que ao ser tornada pública a informação de apoio às Freguesias e /ou Associações, existiriam criticas de eleitoralismo, tendo em conta que se estaria a 2 ou 3 meses das Eleições Autárquicas, mas que considerava que a vida não podia parar e que de facto as Juntas de Freguesia e as Associações mereciam todo o apoio da Câmara Municipal. Aludiu à questão de os apoios às Juntas de Freguesia, terem de ser presentes à Assembleia Municipal, tendo em conta que a referida ajuda é fora do âmbito do contrato-programa.----------

------ Para concluir esta matéria manifestou a sua preocupação e/ou apreensão pela forma como a Câmara Municipal podia deixar resvalar os apoios referidos, levando a uma certa anarquia e à falta de regras na concessão de um apoio financeiro, assumindo que existiam exceções, dando como exemplo as intempéries. Opinou que quando são efetuados os contrato-programa, seria esse o momento formal em que as Associações, que têm o seu projeto anual que querem concretizar e que precisam de ser apoiadas, deveriam incluir estes pedidos de apoio, alertando para o facto de se estar a abrir uma "caixa de pandora" em que tudo é aceitável, e a própria Câmara Municipal fica sem argumentação para dizer que não a outros pedidos que venham a ser feitos. Manifestou a sua preocupação por essa forma de gestão não lhe parecer ser a mais correta e que

terá alguns riscos.----------

------ **PRESIDENTE DA CÂMARA** ----------

------ O Presidente interveio, referindo que a intervenção do Vereador Daniel Pinto não estaria desprovida de lógica, dizendo que todos os apoios que têm sido presentes a Reunião de Câmara, e na sua maioria, aprovados por unanimidade, só são possíveis com uma gestão financeira muito rigorosa, que permite que o Município possa contribuir além dos Contrato-Programa, com investimentos pontuais para as Associações e/ou Juntas de Freguesia. Salientou que só uma gestão financeira rigorosa e criteriosa permite esta possibilidade de apoio ao movimento associativo para além do Contrato-Programa, existindo outras necessidades, maioritariamente, por parte do movimento associativo, mas também das Juntas de Freguesia, mas que são investimentos avultados que sem a ajuda do Município seriam impossíveis, quer em obras em edifícios, que em vários casos são propriedade da Câmara, mas que se encontram comodatados e a Autarquia ao dar o apoio, o investimento fica feito no seu Património.
------ Aditou que nos casos colocados à discussão, caso não fosse o Município a dar apoio, muitas das atividades e das funções das Associações e/ou Juntas de Freguesia não se realizariam, nomeadamente, benfeitorias nos seus edifícios e aquisição de ferramentas para a realização do seu trabalho. ----------
------ Sobre a questão do eleitoralismo a que o Vereador Daniel Pinto se referira na sua intervenção anterior, disse que está na Cãmara desde meados de dois mil e dezassete e é prática corrente serem presentes à Câmara diversos apoios, daí que tal facto não o atingia.----------
------ Concluiu, dizendo que é uma característica sua, que normalmente desde o primeiro minuto em que começou a exercer funções e até ao último momento em que termina, faz questão de trabalhar e que convivia bem com as criticas, quando as mesmas eram feitas, tendo em conta a obra realizada. Referiu-se ainda à capacidade que a Câmara Municipal de Rio Maior tivera nos últimos anos em termos de investimento. ----------
------ Referiu ainda, e, em resposta ao Vereador Nuno Magalhães, sobre a questão da manutenção dos equipamentos, que a mesma seria da responsabilidade da entidade a quem era concedido o apoio, e que tal facto não seria uma prática corrente. Disse desconhecer que alguma vez, tivesse existido uma viatura parada por falta de manutenção, mas que o Municipio estaria sempre disponível para ajudar e analisar, caso fosse solicitado. ----------
----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---
------ PONTO VII – APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE FRÁGUAS | AQUISIÇÃO DE VIATURA;
------ O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, propor à Assembleia Municipal que aprove a atribuição de um apoio financeiro à Junta de Freguesia de Fráguas, no montante de € 9 000, (nove mil euros), destinado à aquisição de uma viatura, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33 e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. ----------

---------- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ----------

------ Não foram efetuadas inscrições para intervenção. ----------

------ Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

------ **PONTO VIII - APOIO FINANCEIRO À "AMIFLOSS - ASSOCIAÇÃO OS AMIGOS DA FLORESTA DE SÃO SEBASTIÃO | AQUISIÇÃO DE VIATURA** ----------

------ O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, a atribuição de um apoio financeiro à "AMIFLOSS - Associação os Amigos da Floresta de São Sebastião", no montante de € 5.000 (cinco mil euros) para a aquisição de uma viatura que permita dar uma resposta rápida e necessária no âmbito da Proteção Civil. Tendo em conta a necessidade comprovada e o manifesto interesse público e comunitário que representa a aquisição desta viatura para os utentes da instituição e para o concelho de Rio Maior.

---------- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ----------

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. ----------

------ Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -

PONTO IX – ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL POR ADAPTAÇÃO AO PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NATURAL DA SERRA DE AIRE E CANDEEIROS ----------

------ O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar, por declaração, a presente proposta de alteração por adaptação do PDM de Rio Maior ao Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros; ----------

------ Transmitir a referida declaração, acompanhada da proposta de alteração por adaptação do PDM de Rio Maior ao Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, à Assembleia Municipal e, posteriormente, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo; ----------

------ Após as diligências referidas no ponto anterior, remeter a declaração para publicação e depósito: ----------

---------- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ----------

------ VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO ----------

------ Iniciou a sua intervenção, começando por referir que após a análise feita à documentação, percebeu que se estaria no fundo a concretizar aquilo que seria uma

obrigação legal do Decreto-Lei n.º 3/2021, de 7 de junho, que estabelece a lei de bases gerais da politica pública dos Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo, existindo a obrigatoriedade de transposição da Lei, para os Planos Municipais, percebendo-se neste enquadramento, que se está a cumprir e que da sua parte não existiriam duvidas na transposição referida. Quanto à justificação existente na documentação da proposta, quando a mesma refere *"Considerando que parte da área do concelho de Rio Maior é abrangida pelo Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (POPNSAC), e que a transposição atrás referida está a ser comtemplada no procedimento de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM em curso, que se encontra em fase de concertação com as entidades, que emitiram parecer desfavorável à proposta de revisão, nomeadamente Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)), Agência Portuguesa do Ambiente (APA)"*, questionou, qual a razão para as Entidades referidas, terem emitido parecer desfavorável à proposta de revisão, questionando também qual o teor do parecer favorável condicionado da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), porque pesquisara nos documentos a informação e não encontrara. ----------

------ Ainda no uso da palavra argumentou que a matéria em causa, do ponto de vista jurídico seria um pouco densa, verificando-se a coabitação de várias atividades económicas, como a agroalimentar, agropecuária, pastorícias e turísticas, questionando também se a proposta apresentada, iria condicionar mais as atividades referidas, ou se a mesma seria mais amiga das pessoas ou do ambiente no que concerne à preservação e conservação da natureza, alertando para o facto de muitas das vezes, por parte das Entidades referidas existirem alguns excessos e/ou fundamentalismos, que condicionam a atividade humana e que por parte das Empresas também existiam alguns condicionalismos, referindo que se teria de encontrar um equilíbrio. ----------

------ **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** ----------

------ Em resposta ao Vereador Daniel Pinto, disse que a decisão não alterava nada e que não teria efeitos práticos no Plano de Ordenamento em vigor desde o ano de dois mil e dez, só teria efeito legal. Recordou que neste mesmo ano fora aprovado o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros (POPNSAC), que sendo um plano superior, a Câmara Municipal quando procede à analise de qualquer projeto, tem de o respeitar, ou seja, sobrepunha-se ao PDM (Plano Diretor Municipal) e que até ao ano de dois mil e quinze não havia obrigatoriedade de transpor tais normas para o PDM, existindo sim, a obrigatoriedade das mesmas serem cumpridas, e desde essa aprovação do Plano de Ordenamento (POPNSAC), sempre se verificou o cumprimento do mesmo, tendo em conta que era de âmbito superior. Informou também

que no ano de dois mil e quinze foi aprovado o RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, que impunha que as normas fossem transpostas para o PDM, ou seja, a limitação no PDM da área do parque e depois a transposição para o regulamento do PDM, e o prazo para efetuar a referida transposição seria junho de dois mil e vinte, sendo entendimento da CCDR que não faria sentido fazer essa adaptação porque o PDM estava a ser revisto e que o mesmo já deveria contemplar o plano em causa, tendo em conta que o mesmo seria de ordem superior. Posteriormente, os prazos foram transferidos para julho do corrente ano, tal como era o PDM. Informou ainda que o Governo também prolongou os prazos dos PDM'S para dezembro deste ano, contudo não o fez com o prazo de adaptação e daí a razão da proposta apresentada à Câmara. ----------

------ Continuou a sua intervenção e ainda sobre a questão que o Vereador Daniel Pinto colocara no que respeita ao parecer desfavorável do ICNF e da APA, disse que tal facto teria a haver com ou situação, ou seja, que a Câmara teria apresentado uma proposta de revisão em outubro e/ou novembro de 2020, que após a reunião de concertação com cerca de trinta entidades. Em abril houve entidades que votaram contra, como o ICNF, a APA e a CCDR, e outras que teriam aprovado, mas com condicionantes, referindo que tal facto representa o mesmo que votar contra. ----------

------ Aditou que, seguidamente, se iniciara um processo de concertação com todas as entidades que não teriam votado contra, mas com condicionantes e que até ao Verão de dois mil e vinte ainda não se realizara uma única reunião com estas entidades, apesar da insistência do Municipio, dizendo que o Covid era desculpa para tudo. Informou que desde o Verão, até dezembro do ano transato, teriam existido algumas reuniões, em que se teria conseguido consertar com quase todas as entidades, faltando somente a APA, ICNF e a CCDR e que os mesmos, ainda não marcaram mais nenhuma reunião, também todo o processo coincidiu com a última vaga do Covid. Informou ainda que mantivera contacto com o ICNF durante a última semana e que fora informado que a curto prazo iriam marcar uma reunião, para poderem resolver as questões pendentes. -

------ Ainda no uso da palavra disse que o ICNF, teria mais um problema, tendo em conta que o Plano de Ordenamento, estaria a ser passado para programa, e que a Câmara de Rio Maior teria sido um grande ativo e que o mesmo do ponto de vista técnico estaria praticamente concluído e disponível para poder ser colocado a discussão pública e que a referida passagem a programa iria permitir legalizar o Plano Pormenor das Salinas, no que respeita à via, tendo em conta que caso não existisse a referida mudança o ICNF emitiria voto favorável. ----------

------ Concluiu a sua intervenção dizendo que o processo está na fase final para que todas as aprovações possam ser conseguidas nas reuniões de concertação.----------

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** ----------

------ Iniciou a sua intervenção, começando por se referir às palavras do Vereador Daniel Pinto sobre o excesso de fundamentalismos, por parte de certas entidades públicas, o que na sua opinião é uma prova do "By de book", ou seja, da falta de conhecimento real das situações, falando também que um dia até os vegetarianos teriam de deixar de comer, face aos exageros existentes. ----------

------ No que respeita à intervenção do Vereador Lopes Candoso, disse que o Covid tem sido desculpa para muita coisa e como o Vereador dissera, bastaria juntar "dois mais dois" e seria percetível que era impossível realizarem-se reuniões durante o tempo de pandemia "até porque as tecnologias não o permitiam", ao invés, "seria possível aos particulares", marcar por plataforma. o atendimento nos serviços públicos. ----------

------ Terminou a intervenção referindo que ao entrar no site da Câmara, não conseguiu consultar o PDM para ver a classificação dos terrenos juntos à Avenida 13 de Julho, tendo em conta uma construção, que terá tido o seu inicio em 2020 e que atualmente lhe parecia estar parada. ----------

------ **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** ----------

------ Em resposta à Vereadora Ana Figueiredo, disse não ter conhecimento que não se pudesse consultar informação sobre o PDM. ----------

------ Quanto aos fundamentalismos e não existência de reuniões, disse que cerca de noventa por cento das mesmas foram realizadas através das plataformas digitais, faltando somente reunir com as três entidades referidas anteriormente, ou seja, a APA, o ICNF e a CCDR , referindo também que talvez tivesse existido algum atraso na realização das mesmas, tendo em conta que as pessoas tinham estado em teletrabalho, mas que por parte do Municipio de Rio Maior existira sempre a disponibilidade, para que as mesmas se pudessem concretizar. ----------

------ **PRESIDENTE DA CÂMARA** ----------

------ Interveio para dizer à Vereadora Ana Figueiredo que poderia enviar um email à Arquiteta Clara Ramalho, para que a mesma lhe respondesse às dúvidas no que concerne à questão apresentada sobre consulta de terrenos no PDM. ----------

------ Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

------ **PONTO X - ANULAÇÃO DE GUIA DE RECEITA | VISTORIA DE SALUBRIDADE** ----------

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos das informações e pareceres emitidos, autorizar a anulação da guia de receita n.º 06/873/2020, de 28/05/2020, no valor de 50,00€, relativa à taxa devida pela realização de vistoria de salubridade. ----------

---------- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** ----------

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. ----------
----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---
----- **PONTO XI - EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE CICLOVIAS | CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA RIO MAIOR – VALE DE ÓBIDOS.** ----------
----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação emitida pelo Serviço de Projetos e Fiscalização de Obras Públicas e respetivo parecer do Senhor Chefe de Divisão da Unidade de Obras Públicas, Equipamentos e Infraestruturas, a abertura de procedimento de concurso público ao abrigo da alínea b) do art. 19.º do Códigos dos Contratos Públicos (CCP), para realização da empreitada de Construção e Requalificação de Ciclovias – ----------
----- Construção de Ciclovia Rio Maior – Vale de Óbidos, pelo preço base de € 325 000,00 (trezentos e vinte e cinco mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;---
------ Designar, nos termos do n.º 1 do art. 67.º do CCP, como membros do Júri do procedimento: ----------
------ Presidente: Ricardo Rosário, Chefe de Divisão da UOPEI; ----------
------ Vogais: João Paulo Batista, Técnico Superior e Alvaro Samora, Técnico Superior;
------ Suplentes: Rute Lucas, Técnica Superior e Ana Carreira, Assistente Técnica, ------
------ Delegar no Júri do procedimento, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 69.º, conjugado com a alínea a) do n.º 5 do art. 50.º, ambos do CCP, a prestação de esclarecimentos às peças do procedimento;----------
------ Aprovação das peças do procedimento, nos termos do n.º 2 do art. 40.º do CCP. -
------O Presidente da Câmara após a apresentação do Ponto XI, salientou a importância da construção da ciclovia para Vale de Óbidos. ----------
------ Aludiu ainda a outras necessárias e possíveis ciclovias, como para a Azinheira, Cidral e para a Caniceira, com a consequente ligação à ciclovia das Marinhas do Sal. -
------ **VEREADOR NUNO MANUEL QUEIROZ PIMENTA DE MAGALHÃES** ----------
------ Iniciou a sua intervenção começando por fazer uma reflexão sobre a ideia e a iniciativa das ciclovias, referindo que existiria alguma confusão e/ou uma fragilidade estratégica, nomeadamente, quando se fala de ciclovias, dizendo que seria uma ciclovia ou um passeio, porque do seu ponto de vista seriam ideias diferentes. Considerou importante que se efetue o investimento na construção de ciclovias, para que possa existir uma rede de ciclovias com segurança, tanto para velocípedes como para peões, porque, atualmente, as ciclovias são utilizadas por pessoas a caminhar e a correr, e que as bicicletas continuavam a circular na estrada. –----------
------ Deixou ainda o exemplo de algumas cidades europeias, que têm uma rede de ciclovias que permitiu retirar muitos veículos motorizados das estradas. ----------

------ Concluiu a sua intervenção, dizendo que seria interessante, Rio Maior ter uma rede de ciclovias que permitisse efetivamente, as pessoas poderem circular. Disse ser uma aposta interessante, e que seria uma boa oportunidade, tendo em conta que a cidade era maioritariamente plana. ----------

------ VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO ----------

------ Interveio sobre esta matéria para dizer que concorda com as palavras do Vereador Nuno Magalhães no que respeita à análise técnica que deveria de ser feita entre peões e velocípedes, garantindo a segurança e a satisfação das necessidades de ambos.-----

------ Disse também que deixava uma reflexão sobre as ciclovias, dizendo que seria importante criar uma visão meramente local, mas que em simultâneo extravasasse o limite do concelho de Rio Maior, de forma a que pudessem ser criados bons projetos de atração turística para a cidade. Referiu ainda que em tempo de pandemia o Turismo iria continuar a ter uma expressão muito forte, e que deveria de existir essa preocupação de criar produtos turísticos com real capacidade de atração. Recordou que o Municipio deveria de continuar a lutar para que pudesse existir um bom projeto de Ciclovia Intermunicipal e que atravessasse o Concelho de Rio Maior, vinda de um concelho ou de outro, mais do litoral e/ou interior, dando como exemplo, que a mesma podia estar ancorada na antiga linha do comboio e espera que possa existir um entendimento entre a CIMLT e a Câmara de Rio Maior e a capacidade para lutar pelo projeto, para que o meso possa funcionar como uma oferta turística, conforme vários exemplos que são publicitados e dados a conhecer na comunicação social. ----------

------ Reportou-se também à ciclovia para as Salinas e para a Asseiceira e referiu que as mesmas são de âmbito local, considerando tal facto como positivo. Falou ainda da questão existente a nível nacional, de, em cada sitio com vista panorâmica, serem instalados baloiços ou passadiços, havendo algumas situações sem utilização, classificando a situação como um exagero. Referiu que na sua opinião todos os investimentos, quer fossem na cultura, desporto e/ou ambiente, deveriam de ter utilização, mencionando o investimento de trezentos e vinte cinco mil euros na proposta apresentada. Fez também referência a outras ciclovias e que também se deveria de pensar que seria um investimento muito volumoso. Referenciou que a ciclovia das Salinas teria uma utilização considerável, ao invés da ciclovia de Asseiceira, que teria uma circulação de 10% a menos do que a das Salinas. ----------

------ Concluiu a sua intervenção, aludindo ainda à questão da iluminação, nomeadamente na ciclovia da Asseiceira, que permanece toda a noite ligada, apesar de não passar ninguém na mesma e que o Senhor Presidente argumentara que seria um ponto de entrada da cidade, para justificar a situação. ----------

------ PRESIDENTE DA CÂMARA ----------

------ De novo no uso da palavra disse que no projeto apresentado da construção da ciclovia para Vale de Óbidos, conforme constava nos documentos disponibilizados para análise e consulta, que houvera a preocupação de requalificação da Rua Vale Caldeira, resolvendo a questão do sistema de saneamento e das águas pluviais e a construção da rede de saneamento até ao Colégio Águas Férreas, justificando o valor dos trezentos e vinte cinco mil euros de investimentos, dando assim mais condições aos residentes nas áreas a intervencionar. Disse estar de acordo que todos os investimentos deveriam ser ponderados, no que concerne ao número de pessoas que irá servir, não obstante, também deveria de se ter em conta uma mudança de hábitos por parte das pessoas. --
------ Sobre a ciclovia da Asseiceira admitiu que a mesma teria uma utilização residual, comparativamente com a ciclovia para as Marinhas do Sal, mas que a informação que tinha sobre a mesma, era de que seria, mais utilizada pelas famílias durante o fim de semana e que a Câmara também pretendia mudar os hábitos das pessoas. Aludiu também à instalação em Asseiceira, no dia dezasseis de maio, de uma doca de bicicletas partilhadas, para que as pessoas possam ter mais opções para se deslocaram para Rio Maior. ----------
------ Em resposta ao Vereador Daniel Pinto e no que concerne à iluminação pública, o Presidente disse que o mesmo não teria muito "jeito" para opinar, dando-lhe como exemplo o procedimento de substituição da iluminação pública, por lâmpadas led, que na altura em que fora apresentado em reunião de câmara, Vereador Daniel Pinto e o Vereador João Teodoro Miguel tinham votado contra a proposta, com a argumentação que teriam dúvidas sobre a poupança efetiva, salientando que, atualmente, e após a substituição das luminárias por leds, a poupança foi de mais de quarenta por cento e que o investimento foi positivo. ---------- ----------
------ Ainda em relação à ciclovia de Vale de Óbidos, disse que não iria existir reforço de iluminação, tendo em conta a existente, reforçando mais uma vez a ideia, de que, apesar da proposta apresentada falar de construção de ciclovia, iriam ser efetuados alguns melhoramentos na zona a intervencionar, conforme referira anteriormente. Aludiu também ao facto de o Municipio ser acusado de não investir no saneamento e esclareceu que era sempre ponderado se existiria a possibilidade de o mesmo ser concretizado. ----------
------ Em conclusão e ainda em resposta ao Vereador Daniel Pinto, no que concerne à questão que o mesmo se referira, sobre o Municipio não ter "superavit", lembrou que quando o PSD chegou à Câmara, a mesma tinha um passivo de vinte e seis milhões de euros e que atualmente é de cerca de seis milhões, opinando que, com calma, se chegaria ao "superavit". ----------
------ Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

------ **PONTO XII – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE RIO MAIOR | ANO 2020.** ----------

------ O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos do disposto da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, aprovar e posterior envio à Assembleia Municipal para apreciação e votação, os documentos das Contas Consolidadas 2020, integralmente elaboradas nos termos do Decreto-Lei 192/2015, de 11/09 – Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades (SNC-AP), e que englobam: ----------

------ Relatório de Gestão Consolidado;----------

------ Demonstrações Financeiras Consolidadas: Balanço Consolidado, ----------

------ Demonstração Consolidada de Resultados por Natureza, ----------

------ Demonstração Consolidada das Alterações ao Património Líquido, ----------

------ Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa e Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas; ----------

------ Conforme determina o ponto 4.1 das Notas Técnicas da Instrução nº 1/2019, do Tribunal de Contas, identificam-se os factos mais importantes constantes dos documentos de Consolidação de Contas, os quais devem constar da ata:----------

------ Balanço Consolidado:----------

------ Total do Ativo Consolidado – 98.829.540,02€; ----------

------ Património Líquido Consolidado – 87.822.851,20€; ----------

------ Passivo Consolidado – 11.006.688,82€;----------

------ Rendimentos e Gastos Consolidados (DR); ----------

------ Rendimentos Consolidados – 23.040.939,85€; ----------

------ Gastos Consolidados – 22.528.014,11€; ----------

------ Resultado Líquido Consolidado – 512.925,74€;----------

------ Recebimentos e Pagamentos Consolidados(DFC): ----------

------ Recebimentos Consolidados – 23.074.753,41€: ----------

------ Pagamentos Consolidados – 22.774.425,50€. ----------

------ Após apresentação do Ponto o Presidente interveio para elogiar e agradecer o empenho de toda a Unidade que contribuíra para a elaboração dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município de Rio Maior, relativo ao ano 2020, aludindo à dificuldade de adaptação ao novo plano normalizado. Solicitou ao Chefe de Unidade, Dr. Jorge Colaço, que desse conhecimento a todos os colaboradores que participaram na feitura do documento. ----------

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** ----------

----- Começou por dizer que os Vereadores do PS, entendiam que um documento de contas é técnico/contabilístico, referindo que não seriam contabilistas para poderem efetuar uma análise mais rigorosa e que os números apresentados refletiam as opções que eram tomadas do ponto de vista da ação politica, seriam opções e alternativas que eram prosseguidas. Disse que o documento refletia a ação da Câmara, e, também, das entidades participadas, a Desmor e a Escola Profissional de Rio Maior, mas que sempre tivera e que continuava a ter as maiores dúvidas, tendo necessidade de obter mais informação sobre a relação existente entre a Câmara e a Depomor. Opinou que a relação que a Câmara tem tido com Escola Profissional de Rio Maior, do ponto de vista da sua estratégia e ação, não tem sido a mais correta e que pretendia assinalar a situação e que as contas apresentadas refletiam o teor da sua intervenção. —----------

------ Concluiu, dizendo que o sentido de voto que iria ser apresentado refletia o sentimento político, que do seu ponto de vista deveria de existir com as entidades participadas, e que nada teria a haver com o reconhecimento à Unidade Financeira pelo trabalho desenvolvido na elaboração do documento apresentado que acreditava que defendia os interesses do Municipio. ----------

------ Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com quatro votos a favor e duas abstenções dos vereadores, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Nuno Manuel Queiroz Pimenta de Magalhães. ----------

------ PRESIDENTE DA CÂMARA ----------

---- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.

------ Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. **----------ENCERRAMENTO ----------**

----- Quando eram doze horas e quinze minutos, o Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pelo Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.----------

O PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____